LUMEN ET VIRTUS

Reflexão sobre o bicentenário da independência do Brasil no período de 1822 a 2022

https://doi.org/10.56238/levv15n39-102

Guivi Jefu Cherene
Doutor em Agronomia / Fitotecnia
Universidade Rovuma-Moçambique, Faculdade de Ciências Alimentares e Agrárias, Departamento de Ciências agrárias

Detino Germano Saide Augusto
Mestre em Nutrição e Segurança Alimentar / Tecnologia de Alimentos;
Universidade Rovuma-Moçambique, Faculdade de Ciências Alimentares e Agrárias, Departamento de Ciencias Alimentares

Carlitos Rosário Jeronimo
Mestre em Nutrição e Segurança Alimentar / Tecnologia de Alimentos;
Universidade Rovuma-Moçambique, Faculdade de Ciências Alimentares e Agrárias, Departamento de Ciencias Alimentares

RESUMO
Este artigo reflete sobre a conferência internacional para o bicentenário da independência do Brasil, realizada em São Paulo, de 6 a 15 de fevereiro de 2023, organizada pela Universidade de São Paulo e patrocinada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Tinha como objetivo divulgar a essência do bicentenário da independência do Brasil, que foi liderado pelo imperador D. Pedro I, em 1822. Ao longo da história do Brasil, houve dois reinados, o primeiro foi o de D. Pedro I, que sucedeu seu pai em 1821, e o segundo foi o reinado de D. Pedro II, que começou em 1840. As causas e ações que levaram à abolição da escravatura no Brasil. Concluiu-se que a independência do Brasil foi alcançada em 7 de setembro de 1822, e se manifestou pelo grito às margens do rio Ipiranga, em São Paulo, pelos personagens que se envolveram junto com D. Pedro I. Assim, o Brasil deixou de ser reino de Portugal. Em 15 de novembro de 1889, foi proclamada a República Federativa do Brasil, encerrando assim o regime monárquico.

Palavras-chave: Bicentenário da Independência do Brasil, Relações Internacionais, Memória Museológica, Visões Alternativas da Independência, Questões Domésticas da Independência.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo reflete sobre a conferência internacional para o bicentenário da independência do Brasil, realizada em São Paulo, de 6 a 15 de fevereiro de 2023, organizada pela Universidade de São Paulo e patrocinada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. (FAPESP).

Nessa conferência, foi descrito o início da luta pela independência do Brasil, tendo D. Pedro I como personagem principal, como rei que sucedeu a seu pai que havia viajado para Portugal a fim de enfrentar a guerra entre seus dois filhos, que lutavam entre si pela posse do trono de rei de Portugal. A conferência abordou a divulgação da essência do bicentenário da independência do Brasil, que foi liderada pelo imperador D. Pedro I, em 1822 [1].

No início, o artigo descreve a memória de alguns personagens que foram destacados como de maior relevância na condução das primeiras ações, para que se realizasse o início da luta pela conquista da independência do Brasil; A seguir, também são descritos os tempos dos dois reinados ocorridos em território brasileiro. Por fim, também foram descritas as principais causas e ações que levaram à abolição da escravatura no Brasil, destacando-se a Princesa Isabel, que promulgou a Lei Áurea em 1888. Em 15 de novembro de 1889, a república foi proclamada. Esse evento ocorreu devido ao desgaste e perda de popularidade da monarquia brasileira, no final do século 19 [1].

1.1 MUSEOGRAFIA E MEMÓRIA

1.1.1 Museografia

No salão principal do Museu do Ipiranga da Universidade de São Paulo (MI-USP), pinturas dos heróis da independência do Brasil são restauradas; no monumento da independência ou morte é representado por D. Pedro I e seus membros, como José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, Diogo Antônio Feijó e outros [1].

1.1.2 Na memória

Dom Pedro I, foi o primeiro imperador do Brasil e governou de 1822 a 1831, falecendo em 24 de setembro de 1834 [2].

Maria Leopoldina nasceu em Viena e era membro de uma das famílias reais mais tradicionais da Europa: os Habsburgo-Lorena. Seu nascimento ocorreu em 22 de janeiro de 1797, com a imperatriz Maria Teresa como sua mãe e o imperador Francisco II (também conhecido como Francisco I da Áustria) como seu pai. Como membro da família real austríaca, seu título real era arquiduquesa [2].

Ela era conhecida por ser a primeira imperatriz do Brasil. Criada em uma das monarquias mais tradicionais da Europa, Leopoldina casou-se com D. Pedro I. Ela era conhecida por ser uma das grandes influências para que ele declarasse a independência do Brasil [2].

Leopoldina nasceu em uma época tensa para o Sacro Império Romano (que se tornou o Império Austríaco em 1806). Seu país estava em guerra com a França, e as monarquias absolutas na Europa estavam em risco por causa dos ideais da Revolução Francesa. Algo que marcou a infância de Maria Leopoldina foi o facto de a sua tia-avó, Maria Antonieta, ter sido guilhotinada, anos antes do seu nascimento, em consequência da queda da monarquia francesa [2].

O nome completo da arquiduquesa austríaca era Carolina Josefa Leopoldina Fernanda Francisca de Habsburgo-Lorena, e ela tinha pele muito branca, olhos azuis e cabelos loiros. A educação de Leopoldina foi completa e de excelente qualidade, pois ela era membro da aristocracia. Aprendeu a ler e escrever, estudou literatura, história, música e dança e falava quatro línguas (francês, alemão, italiano e inglês) [2].

Ele também aprendeu regras de coexistência que faziam parte da vida real. Sua empregada era responsável por ensinar-lhe boas maneiras e etiqueta. Os grandes interesses de Leopoldina eram a botânica e a mineralogia. Um ponto importante de sua educação foi ser ensinada a respeitar cegamente as decisões da família e a sempre colocar os interesses do Estado e da monarquia à frente [2].

O casamento de Leopoldina com D. Pedro I foi o resultado de negociações entre o corpo diplomático austríaco e português, iniciadas durante o congresso de Viena. Nesse contexto, Portugal procurou aumentar a sua importância e assegurar uma posição no hall das grandes nações, e, para isso, seria útil um casamento com uma das monarquias mais poderosas da Europa [2].

O casamento do herdeiro do trono português com uma arquiduquesa austríaca foi importante para os portugueses, pois os elevou a uma das grandes monarquias europeias e, além disso, os fez dar um passo no sentido de reduzir a influência inglesa em Portugal. Para os austríacos, o casamento abriu novas possibilidades no Brasil [2].

O casamento entre Leopoldina e D. Pedro I ocorreu no dia 13 de maio de 1817, em uma igreja localizada em Viena. D. Pedro I, não compareceu à cerimônia, devido à distância entre o Brasil e a Áustria e, por isso, foi realizada por procuração. A pessoa que representou D. Pedro I foi o tio de Leopoldina: Carlos, o duque de Tuschen [2].

Foi somente após o casamento que Leopoldina se mudou para o Brasil. Sua viagem durou 85 dias e ela chegou à colônia em 5 de novembro de 1817. Antes disso, Leopoldina aprendeu a falar português e se preparou para vir para o país inóspito. Seu pai a aconselhou a não se contaminar com os ideais republicanos que estavam surgindo na América (BULCÃO, 2013) [2].

Leopoldina teve um papel importante na independência do Brasil, pois atuou diretamente para convencer D. Pedro I a seguir o caminho da ruptura com Portugal. Os historiadores destacam que Leopoldina tinha um grande entendimento político quando percebeu que o clima político poderia levar o país a se transformar em uma república [2].

Ela entendeu que a única maneira de manter o Brasil monárquico era ter D. Pedro I permanecendo no país para liderar a instalação de uma monarquia de Bragança. Como definiu a historiadora Johanna Prantner, Leopoldina "tinha certeza de que a libertação do Brasil da tutela portuguesa poderia ser negociada em troca de uma monarquia constitucional apoiada por patriotas brasileiros" (PRANTNER, 1997) [2].

Na época, ela ainda gozava de grande influência junto ao imperador e a usava para ganhar firmeza em suas decisões. D. Pedro I estava indeciso e agiu com muita hesitação, e, nesse sentido, Leopoldina agiu para convencê-lo de que deveria voltar-se contra Portugal [2].

Leopoldina foi bem-sucedida em suas ações, e D. Pedro I decidiu ficar no Brasil e levar à independência. O país, como ela desejava, tornou-se uma monarquia. Foi ela quem presidiu uma reunião de emergência que definiu a independência do Brasil. A carta enviada após esse encontro fez com que D. Pedro I a declarasse em 7 de setembro de 1822 [2].

A relação de Leopoldina com D. Pedro I era no mínimo conturbada. Segundo ela, d. Pedro ficava furioso se as coisas não acontecessem de acordo com seus desejos e, ao longo dos nove anos de casamento, o futuro imperador do Brasil nunca respeitou sua esposa. O que mais marcou a relação deles foi a infidelidade do futuro imperador do Brasil [2].

Apesar do casamento infeliz, a relação entre D. Pedro I e Leopoldina obteve o que se esperava dela: uma herdeira do trono brasileiro. Este herdeiro foi D. Pedro II [2].

Os últimos anos da vida de Leopoldina foram tristes e marcados por uma depressão progressiva que a afetou. Essa depressão foi causada pelas humilhações que ela sofreu do imperador [2].

Em 1826, Leopoldina engravidou novamente do imperador. A depressão que ela sofreu e as brigas com o marido afetaram sua gravidez. Ela teve um aborto espontâneo e, enfraquecida, morreu em 11 de dezembro de 1826 [2].

Dom Pedro II, foi o segundo e último imperador do Brasil. Ele governou por 49 anos, entre 1840 e 1889. Ele morreu em 5 de dezembro de 1891 [3].

A princesa Isabel, conhecida como Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriel Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon, nasceu no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1846. Era filha de Dom Pedro II, imperador do Brasil entre 1840 e 1889, com sua esposa Teresa Cristina. Ela era a segunda filha do casal e foi nomeada herdeira porque o filho mais velho do casal, Afonso Pedro, morreu ainda criança [4].

Ela é uma figura extremamente conhecida na história do Brasil, por ter assinado a lei que aboliu a escravidão no Brasil, a Lei Áurea. Ela era herdeira do trono do Brasil e sucederia D. Pedro II quando ele morresse. Mas ele nunca assumiu o trono, porque a proclamação da república pôs fim à monarquia [4].

O imperador e sua esposa também tiveram outro filho homem, Pedro Afonso, mas ele também morreu ainda criança. A morte de seus dois filhos reforçou a posição de Isabel como herdeira e, portanto, ela foi nomeada herdeira presuntiva, título disponibilizado quando não há melhor opção para o trono [4].

Devido à sua importância para a monarquia brasileira, a princesa Isabel recebeu uma educação de alta qualidade. Ele estudou por 15 horas na adolescência e estudou diferentes disciplinas como economia, física, mineralogia, história e estudou várias línguas, como latim, alemão, italiano, francês e inglês [4].

Passou a infância recluso e cresceu no Paço do São Cristóvão, local que, anos depois, foi transformado no Museu Nacional (destruído após um incêndio em 2018). O isolamento da princesa Isabel é destacado pelos historiadores, pois a princesa não frequentava os locais visitados pela corte e aristocracia do Rio de Janeiro [4].

No final de 1863, o imperador começou a procurar um marido para a princesa Isabel e, a partir dessa busca, surgiu o casamento da princesa com um representante da nobreza francesa: Luís Filipe Maria Fernando Gastão, o conde d'Eu. O casamento ocorreu em 1864, quando a princesa tinha 18 anos [4].

A princesa Isabel nunca teve muito apreço pela política e, por isso, manteve-se, tanto quanto possível, alheia ao que se passava nesta área. Mesmo assim, ela foi a primeira senadora do país, quando completou 25 anos, pois era a filha mais velha do imperador, conforme decreta a lei brasileira [4].

Como herdeira do trono, ela foi forçada a assumir o comando como regente do Brasil em três ocasiões [4]:

- Em 1871, quando assinou a Lei do Ventre Livre.
- Em 1876 e 1877, quando mediou um conflito entre católicos e maçons.
- Em 1888, quando a escravidão foi abolida por meio da Lei Áurea.

Isso acontecia porque D. Pedro II viajava com frequência, principalmente quando sua saúde piorava com a idade [4].

O ponto mais polêmico na vida da princesa é sua posição em relação à escravidão. Por muito tempo, a princesa Isabel foi vista como redentora, por ter assinado a lei que decretou o fim da escravidão no Brasil [4].

A abolição da escravatura foi resultado da mobilização popular de diferentes camadas da sociedade brasileira, incluindo os próprios escravos. Foi essa mobilização que criou o clima político para declarar o fim da escravidão no Brasil. Portanto, este evento não foi o resultado da benevolência da princesa [4].

A princesa, no entanto, tem muito mérito por ter feito algo que seu pai nunca teve coragem de fazer ao longo de sua vida: tomar uma posição. A princesa Isabel, no entanto, só se posicionou sobre essa questão quando era quase inevitável, pois, durante grande parte da década de 1880, ela permaneceu alheia ao debate político que ocorria no país [4].

A princesa abrigou escravos em sua residência apenas uma vez, e às vezes era vista carregando camélias – uma flor símbolo do movimento abolicionista (PRIORE, 2013). Além disso, acabou brigando abertamente com o Barão de Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros brasileiro, um proprietário de escravos convicto. De qualquer forma, entrou para a história do Brasil ao assinar a Lei Áurea, abolindo definitivamente o trabalho escravo no país [4].

Ela foi forçada a fugir do Brasil no exílio, quando a família real foi expulsa, em decorrência da proclamação da república. A princesa foi para o exílio pelo resto de sua vida na França, onde o Conde d'Eu tinha residências. A transformação do Brasil em república foi resultado do enfraquecimento da monarquia no quadro político do país [4].

Além disso, de acordo com o agravamento da saúde de D. Pedro II, as suspeitas sobre a princesa aumentaram, principalmente porque havia um preconceito muito forte devido ao fato de os herdeiros do trono serem uma mulher e seu marido estrangeiro. Assim, a perda de apoio da monarquia levou o exército a conspirar contra a família real [4].

A princesa Isabel morreu na França em 14 de novembro de 1921, aos 75 anos. A princesa nunca mais voltou ao Brasil depois de 1889. Em 1920, a expulsão da família real foi revogada pelo presidente Epitácio Pessoa, mas por motivos de saúde, a princesa permaneceu na França. Seus restos mortais estão localizados em Petrópolis, Rio de Janeiro [4].

Manuel Deodoro da Fonseca, nasceu em 5 de agosto de 1827, em Alagoas da Lagoa do Sul, atual cidade de Marechal Deodoro, no estado de Alagoas. A influência dos militares em sua família foi muito grande, já que seu pai era militar, chegando ao posto de tenente-coronel do exército [4].

Em 1843, foi matriculado na escola militar do Rio de Janeiro, iniciando sua formação, e em 1847, concluiu o curso de artilharia. Mesmo antes de terminar, ele já tinha o posto de cadete. Em 1848, serviu nas tropas que foram enviadas a Pernambuco com o objetivo de reprimir a revolução da Praia, promovida pelos liberais devido a uma disputa política naquela província [4].

Participou da campanha de invasão do Uruguai, liderada pelo exército brasileiro em 1864. Essa invasão foi o resultado da interferência brasileira na política uruguaia para derrubar os Blancos do poder e instalar os Colorados, um grupo político uruguaio aliado ao Brasil [4].

A intervenção teve um desfecho grave, que foi a Guerra do Paraguai, o maior conflito da história da América do Sul. Nesse conflito, Brasil, Argentina e Uruguai se uniram para lutar contra o Paraguai, país que invadiu o Mato Grosso no final de 1864. A Guerra do Paraguai foi um ponto de

virada na carreira de Deodoro da Fonseca. Isso porque suas ações no conflito geraram enorme reconhecimento e permitiram que ele subisse rapidamente na hierarquia militar [4].

Deodoro da Fonseca era capitão quando começou a Guerra do Paraguai, e foi promovido várias vezes ao longo do conflito, passando pelas patentes de major, tenente-coronel e coronel [4].

Após a guerra, ele foi promovido ao posto de brigadeiro em 1874 e, em 1887, tornou-se marechal de campo. Ele recebeu homenagens por seu desempenho no campo de batalha. Além disso, ocupou uma série de cargos importantes após retornar do Paraguai [4].

Dessa forma, assumiu o comando das tropas no Rio de Janeiro; exerceu a função de inspetor na Bahia; foi designado para supervisionar instalações do Exército em diferentes províncias como Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Foi também comandante de armas, vice-presidente e assumiu o cargo de presidente da província do Rio Grande do Sul em 1886. Além disso, foi o primeiro presidente do clube militar [4].

Um dos momentos mais importantes da vida de Deodoro da Fonseca ocorreu no final da década de 1880, quando a república foi proclamada no Brasil. Foi parte importante do golpe político e militar que levou à derrubada da monarquia no país, apesar de ser defensor da monarquia e amigo do imperador D. Pedro II [4].

Em 1889, a conspiração contra a monarquia precisava de um nome influente nas forças armadas para apoiá-la. É por isso que o Marechal Deodoro da Fonseca foi convencido a se juntar a ele devido a informações falsas, incluindo que ele seria preso a mando do chefe do Gabinete Ministerial, o Visconde de Ouro Preto [4].

O marechal mandou demitir o visconde e prendê-lo em 15 de novembro de 1889, mas não proclamou a república. A ação de Deodoro da Fonseca ocorreu na companhia de suas tropas. No final das contas, as articulações políticas levaram à proclamação da república pelo vereador José do Patrocínio. O imperador D. Pedro II recusou-se a reagir militarmente e o golpe republicano foi concluído com sucesso [4].

Após o golpe republicano, as bases do novo governo provisório foram estabelecidas. O marechal Deodoro da Fonseca foi convidado a assumir o cargo de presidente provisório do Brasil, cargo que ocuparia até que a república se consolidasse e uma nova constituição fosse promulgada. Este governo foi marcado por ações voltadas para o reforço das instituições e símbolos republicanos" [4].

Dessa forma, a bandeira e outros símbolos nacionais, além dos topônimos, foram alterados com a intenção de apagar qualquer vestígio que se referisse à monarquia. Outras mudanças foram postas em prática no país, muitas delas consolidadas com a promulgação da constituição em 1891 [4].

Entre as mudanças ocorridas no país durante o governo de Deodoro da Fonseca, ocorreram as seguintes: separação entre o Estado e a igreja; adoção do federalismo e sufrágio universal masculino. Além disso, seu governo foi marcado por uma forte crise econômica, ao longo da década de 1890,

chamada de encilhamento, durante a qual Rui Barbosa, o ministro da Fazenda, autorizou os bancos privados a emitir papel-moeda sem lastreio, gerando uma grande crise de especulação financeira [4].

Com a promulgação da Constituição de 1891, foi realizada uma eleição indireta, na qual Deodoro da Fonseca foi constitucionalmente reeleito para um mandato que se estenderia até 1894. O vice-presidente eleito foi o marechal Floriano Peixoto [4].

Essa segunda fase do governo de Deodoro da Fonseca é chamada de constitucional, sendo o momento em que o atrito do presidente com o Legislativo aumentou significativamente. Isso porque o presidente não aceitou governar de acordo com o princípio dos Três Poderes e não quis lidar com a interferência do Legislativo [4].

A crise do presidente com o Legislativo o levou a tomar medidas cada vez mais autoritárias, até que decidiu fechar o congresso nacional em novembro de 1891. Uma crise política se instalou no país, com resistência civil e uma rebelião militar contra o presidente. Parte de Mainha se rebelou e ameaçou atacar o Rio de Janeiro se ele não renunciasse [4].

A pressão sobre Deodoro da Fonseca foi bem-sucedida, e ele, temendo o início de uma guerra civil, renunciou ao cargo de presidente do Brasil em 23 de novembro de 1891. Seu vice, Floriano Peixoto, tomou posse, governando o país até o ano de 1894 [4].

Após sua presidência, a saúde de Deodoro da Fonseca piorou e ele morreu em 23 de agosto de 1892, no Rio de Janeiro e foi enterrado na mesma cidade [4].

José Carlos do Patrocínio, nasceu em Campos, Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1853. Filho do Cônego João Carlos Monteiro, vigário de Campos e da escrava Justina Maria. Com a permissão do pai, foi para a capital, onde começou a trabalhar na Santa Casa de Misericórdia.[1]

Foi abolicionista, jornalista e escritor brasileiro. Ele participou ativamente dos movimentos para libertar escravos. A sua participação em campanhas contra a escravatura e a monarquia iniciou-se em 1871 com um poema no jornal "A República"[1].

Em 1868, com a ajuda do professor João Pedro de Aquino, ingressou na faculdade de medicina como estudante de farmácia. Formou-se em 1874 e, para sobreviver, começou a lecionar [1].

Em 1875, lançou um quinzenal satírico, "Os Ferrões", no qual foram destacadas as suas qualidades controversas, que logo se extinguiu. Em julho de 1876, escreveu um poema ousado, com doze estrofes, dirigido à princesa Isabel, que foi publicado no periódico "O Mequetrefe" [1].

No ano seguinte, pelas mãos de Ferreira de Araújo, ingressou na Gazeta de Notícias. Em 1879 casou-se com sua aluna Maria Henriqueta. Com a ajuda do sogro, comprou a "Gazeta da Tarde". Em 1880, ocupou a tribuna do Teatro São Luiz para atacar a escravidão. Ele estava pronto para se dedicar à causa dos escravos. Ele permaneceu sentimentalmente preso na senzala de onde veio. Na província do Rio de Janeiro havia um escravo para cada dois habitantes livres [1].

[1] https://www.ebiografia.com/jose_patrocinio/. Acesso em: agost. de 2023.

Em 1883, reunindo-se com representantes de clubes e associações abolicionistas atuantes no Rio de Janeiro e em Niterói, propôs a criação da confederação abolicionista. A partir da redação do jornal, a Confederação coordenava a luta que se desenrolava em todo o território nacional. Nessa época, viajou pelos estados do Nordeste, e em 1884 foi para o Ceará, sempre em prol da causa abolicionista.

José do Patrocínio foi eleito para a Câmara Municipal com uma grande votação. Em 1887 deixou a Gazeta da Tarde e fundou o jornal "A Cidade do Rio". A campanha popular pela abolição atingiu seu auge. Comícios, discursos e manifestações de rua se multiplicaram [1].

Em 8 de maio de 1887, o ministro Rodrigo Silva apresentou ao Parlamento o projeto final de abolição escrito por Ferreira Viana. Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, exercendo a regência, em razão da viagem de Dom Pedro II à Europa, assinou a lei Áurea. Naquele momento, a luta de dez anos da campanha abolicionista chegou ao fim [1].

Patrocínio permaneceu ligado à princesa, recusando-se a se juntar aos republicanos. Seus amigos da Confederação Abolicionista se distanciaram dele. O jornal "A Cidade do Rio" foi perdendo sua importância. Em 1903, José do Patrocínio foi chamado para falar em uma recepção oferecida a Alberto Santos Dumont, que havia chegado da França. Continuou a escrever para alguns jornais, onde ganhava a vida [1].

José Carlos do Patrocínio died in Rio de Janeiro, on August 18, 1905 [1].

José Bonifácio de Andrada e Silva, nasceu em Santos, cidade do estado de São Paulo, em 13 de junho de 1763. Pertencia a uma família de aristocratas de origem portuguesa, sendo membro de uma das famílias mais ricas da sua região [5].

Aos 20 anos, foi estudar em Portugal, na Universidade de Coimbra, para estudar Direito. Durante a sua passagem por Coimbra, estudou também matemática e filosofia natural. Em 1819, retornou ao Brasil, depois de passar mais de 30 anos no continente europeu. Aqui, encontrou um cenário muito diferente do que existia quando foi para Portugal, pois o Brasil tinha passado por um grande processo de abertura e passou a ser o Reino Unido por ordem de d. João VI [5].

Através da revolução liberal no Porto, os liberais portugueses começaram a exigir o retorno do rei D. João VI e o estabelecimento de uma monarquia constitucional. Representantes brasileiros foram eleitos para participar dos tribunais gerais e a delegação paulista trouxe propostas que eram sugestões de José Bonifácio [5].

As duas propostas de José Bonifácio eram a abolição da escravatura e a catequese dos povos indígenas. Defendeu sua integração com a sociedade luso-brasileira. Com relação à escravidão, José Bonifácio afirmou o seguinte (Mota, 1999) [5]:

A sociedade civil baseia-se principalmente na justiça e seu principal objetivo é a felicidade dos homens. Mas que justiça tem um homem para roubar a liberdade de outro homem, e o que é pior, dos filhos desse homem e dos filhos dessas crianças?

A revolução liberal no Porto foi o acontecimento que contribuiu diretamente para o processo de independência do Brasil, pois a elite liberal portuguesa queria recolonizar o Brasil, revertendo todas as medidas promovidas por D. João VI durante o período em que residiu no Rio de Janeiro. Janeiro. José Bonifácio foi um defensor da aproximação luso-brasileira [5].

Ele queria que o Brasil mantivesse seus laços com Portugal, embora defendesse maior autonomia para o Brasil por meio de um governo chefiado por Pedro de Alcântara. A intransigência dos portugueses em sua relação com o Brasil acabou levando José Bonifácio e, consequentemente, D. Pedro I para o caminho da independência [5].

Isso aconteceu porque José Bonifácio esteve muito próximo de D. Pedro I durante todo o processo de independência, influenciando-o consideravelmente. O conselheiro de D. Pedro I ainda conseguiu impor algumas de suas visões de um Brasil independente: ele era um defensor de uma monarquia constitucional, embora quisesse maior centralização política [5].

O nível de tensão entre Portugal e Brasil atingiu seu auge em setembro de 1822, quando chegou uma carta de Portugal exigindo o retorno imediato de D. Pedro I. José Bonifácio identificou a urgência dessa situação e enviou a notícia a D. Pedro I, em viagem a São Paulo. As cartas vindas de Portugal também ordenavam a prisão de José Bonifácio e ele aproveitou a situação para incentivar D. Pedro I a declarar a independência do Brasil, o que aconteceu em 7 de setembro de 1822, dia em que o regente recebeu as cartas enviadas por José Bonifácio [5].

Durante o primeiro reinado, a fama de José Bonifácio com D. Pedro I começou a declinar até chegar ao ponto em que o ex-conselheiro do imperador foi expulso do Brasil. José Bonifácio e seus aliados tinham suas próprias visões políticas, mas o imperador preferiu se aproximar do partido português, que queria que D. Pedro I tivesse poderes absolutos [5].

A partida de José Bonifácio ocorreu em 1823, e o ex-conselheiro do imperador foi para o exílio do Brasil depois que D. Pedro I fechou a Assembleia Nacional Constituinte. Durante seu exílio, José Bonifácio foi morar na França, permanecendo na Europa até 1829. Naquele ano, ele recebeu o indulto e pôde retornar ao Brasil [5].

A aproximação entre José Bonifácio e D. Pedro I, resultou na nomeação do primeiro para tutor do filho de D. Pedro I, em preparação para assumir o trono brasileiro. Disputas políticas fizeram com que ele perdesse o cargo de tutor de Pedro de Alcântara em 1833. Foi preso e levado à força para a província do Rio de Janeiro, onde morreu em 6 de abril de 1838, aos 74 anos. Por sua importante participação na independência do Brasil, recebeu o título de patrono da independência [5].

Maria Quitéria foi a primeira mulher a se alistar no exército brasileiro. Ela fugiu de casa e fingiu ser um homem para se alistar e lutar no Recôncavo, sob o apelido de soldado Medeiros. Não demorou muito para que a farsa fosse descoberta, no entanto, ela foi mantida porque era uma das melhores atiradoras da tropa. Por causa dela, a saia foi incorporada ao uniforme oficial e, na água na altura da cintura, comandou um grupo de mulheres na luta contra os portugueses em Barra do Paraguaçu, entre outros confrontos [5].

Além de ter seu nome reconhecido no Panteão da Pátria, ela é homenageada com uma estátua no Largo da Soledade, no bairro da Lapinha, em Salvador. O distrito de São José das Itapororocas, em Feira de Santana, mudou de nome para homenagear sua ilustre filha Maria Quitéria.[2]

A baiana foi uma das heroínas da independência do Brasil na Bahia, alcançada em 2 de julho de 1823. A jovem que sabia atirar, cavalgar, caçar e pescar, tinha atributos para se juntar às fileiras do exército brasileiro na luta contra o domínio português nas lutas pela independência brasileira na Bahia [2].

Nascida em um bairro de Feira de Santana, a 100 km de Salvador, hoje Maria Quitéria dá nome ao lugar onde nasceu. O povoado de São José Itapororoca foi rebatizado em homenagem à ilustre filha. Primogênita de três filhos, a heroína da Independência era filha da baiana Quitéria Maria de Jesus e do português Gonçalo Alves de Almeida [2].

Maria Quitéria viu-se a assumir responsabilidades ainda criança, num século em que as mulheres eram obrigadas a assumir o trabalho doméstico desde tenra idade [2].

Recebeu este epíteto de Soldado Medeiros porque, para além de pedir roupa emprestada ao cunhado, que era José Medeiros, também levava o apelido dele. A partir de então, passou a integrar o batalhão de Paraquitos, lá em Cachoeira. Ela realmente se encaixou nas tropas e participou de várias batalhas. Ela atravessou o rio Paraguaçu com água quase até o pescoço, e teve uma grande vitória [2].

Ela lutou e conseguiu se destacar em seu batalhão. Em três batalhas específicas, ela se destacou em Pirajá, na defesa da Ilha da Maré e em Piatã, onde entrou em uma trincheira, entregou os portugueses e os levou, sozinha, para o acampamento. A partir dessa conquista, ela foi premiada com o posto de cadete [2].

Recebeu várias homenagens, incluindo um convite para ir pessoalmente ao Rio de Janeiro, visitar o imperador e ganhar a insígnia de "cavaleiro" da Imperial Ordem da Cruz. Em agosto de 1853, aos 61 anos, Maria Quitéria faleceu na capital baiana [2].

2 HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

2.1 BIOGRAFIA DE D. PEDRO I (PRIMEIRO REINADO)

[2] https://g1.globo.com/ba/bahia/2-de-julho/noticia/2023/07/02/maria-quiteria-joana-angelica-maria-felipa-joao-das-botas-conheca-os-herois-da-independencia-do-brasil-na-bahia.ghtml

D. Pedro I, nascido em Lisboa em 1798, era filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, rei e rainha de Portugal a partir de 1816. A partir do nascimento de D. Pedro I, recebeu o nome: Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon [6].

Tornou-se regente do Brasil em 1821, quando seu pai foi forçado a retornar a Portugal e liderou o processo de independência, proclamando-o em 7 de setembro de 1822 [6].

Em 1º de dezembro de 1822, D. Pedro I foi coroado imperador e reinou até 1831. Seu reinado foi complicado, porque ele era autoritário, não aceitava ser contrariado, e isso gerava atrito com parte da elite brasileira [6].

Como imperador, ele trabalhou para estabelecer a administração do novo país. O processo passou por uma guerra de independência, reconhecimento internacional e elaboração de uma constituição. Renunciou ao cargo de imperador em abril de 1831 e morreu em Portugal em 24 de setembro de 1834 [6].

2.2 PRINCIPAIS EVENTOS DO PRIMEIRO REINADO

O reinado de D. Pedro I foi muito marcado pelo autoritarismo e intransigência do imperador. A relação de D. Pedro com a população, especialmente com o círculo de elite que vivia na capital, piorou ao longo de seu primeiro reinado. Esses conflitos intensificaram as tensões entre brasileiros, defensores da monarquia constitucional e defensores portugueses do poder absoluto de D. Pedro I [6].

Uma constituição ao gosto de D. Pedro I foi concedida em março de 1824. A insatisfação com o imperador permaneceu e, no Nordeste, deu origem a uma revolta separatista, a Confederação do Equador. A revolta foi contida e os envolvidos foram reprimidos. A situação piorou quando D. Pedro I decidiu declarar guerra às províncias unidas devido a uma revolta em curso na Cisplatina [6].

Essa guerra ficou conhecida como Guerra da Cisplatina, afetou a economia brasileira, fez com que o custo de vida aumentasse e também resultou em uma derrota moral para o Brasil: a Cisplatina conquistou sua independência, tornando-se o Uruguai em 1828. O imperador começou a perder o apoio dos militares e da população mais pobre [6].

Devido à luta que se alastrou nas ruas do Rio de Janeiro, recebendo o nome de noite das garrafas, D. Pedro I renunciou ao trono em 7 de abril de 1831, para que seu filho Pedro de Alcântara pudesse assumir o cargo quando completasse 18 anos [6].

2.3 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A independência do Brasil foi o processo histórico de separação entre Brasil e Portugal ocorrido em 7 de setembro de 1822, quando ocorreu o grito do Ipiranga. Com a independência, o Brasil deixou

de ser uma colônia portuguesa e se tornou uma nação independente. Com este evento, o país foi organizado como uma monarquia com D. Pedro I como imperador [7].

O dia 7 de setembro é comemorado todos os anos no Brasil, como o Dia da Independência, ou seja, o dia em que o Brasil pôs fim aos laços coloniais que existiam entre ele e Portugal. O processo de independência do Brasil ocorreu paralelamente aos movimentos de independência ocorridos nas colônias espanholas no continente americano [7].

Este processo teve como personagem principal Pedro de Alcântara, conhecido após a sua coroação como D. Pedro I. Outro personagem que se destacou nesse contexto foi José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos grandes organizadores de nossa independência. A independência do Brasil aconteceu como reflexo direto da tentativa da burguesia portuguesa de recolonizar o Brasil e reverter os avanços ocorridos no país, principalmente em questões econômicas, durante o período joanino [7].

2.2.1 Declaração de independência

A declaração de independência foi escrita e enviada a D. Pedro I. O regente estava a caminho de São Paulo na época; Foi alcançado pelo mensageiro em 7 de setembro de 1822 às margens do rio Ipiranga e, ao saber da situação, foi feito o grito pela independência do Brasil [7].

2.2.2 As causas da independência do Brasil

A independência do Brasil tem forte ligação com a transferência da corte portuguesa para a colônia em 1808. Os acontecimentos ocorridos entre 1808 e 1822 levaram a uma deterioração da relação entre a elite brasileira, especialmente a do Sudeste com o Reino de Portugal [7].

Os portugueses formaram uma espécie de assembleia nacional em Portugal, denominada tribunais gerais, cujo principal objetivo era enfrentar a crise económica que afetava o país.

A corte portuguesa decidiu mudar-se para o Brasil no final de 1807, para escapar das tropas napoleônicas que invadiram Portugal, em retaliação ao país romper o bloqueio continental. Nessa altura, a rainha de Portugal era D. Maria e o príncipe regente era D. João VI [7].

Mudanças sensíveis ocorreram no Brasil, principalmente no período joanino. Essas mudanças ocorreram no campo cultural, econômico e político. A primeira medida de grande repercussão na época foi a abertura dos portos do Brasil em 1808. Este foi o fim do monopólio comercial que existia durante o período colonial [7].

A abertura dos portos gerou a possibilidade de uma série de oportunidades econômicas que beneficiariam consideravelmente os comerciantes baseados em cidades como o Rio de Janeiro, que na época era a capital do Brasil [7].

Por meio de D. João VI, também foram tomadas medidas que permitiram a construção de universidades, teatros, bibliotecas, etc. Artistas e intelectuais estrangeiros vieram para o país, e a

circulação do conhecimento ali aumentou consideravelmente. Apesar disso, a situação era razoavelmente estável, com exceção de Pernambuco, que sediou a revolução pernambucana de 1817 [7].

2.2.3 Principais acontecimentos da independência do Brasil

A independência do Brasil aconteceu quando a elite brasileira percebeu que o desejo dos portugueses era restabelecer os laços coloniais. Quando a relação se tornou insustentável, o separatismo surgiu como uma opção política e o príncipe regente acabou sendo convencido a seguir esse caminho [7].

As cortes portuguesas tomaram medidas impopulares aqui no Brasil, tais como: exigir o retorno do príncipe regente e a instalação de mais tropas no Rio de Janeiro (rebaixamento do Brasil à condição de colônia). Além disso, a relação também azedou, porque os portugueses tratavam com desdém os representantes brasileiros que iam a Portugal negociar [7].

No Rio de Janeiro, principalmente, havia grande insatisfação, especialmente com as tentativas dos portugueses de revogar o tratado de 1810 com os ingleses [7].

Quando os portugueses exigiram o retorno do príncipe a Portugal, um movimento de resistência foi organizado contra a medida. Desta forma, o clube da resistência foi criado no Brasil, e o senado brasileiro recebeu uma carta contendo milhares de assinaturas defendendo que o príncipe não fosse para Portugal [7].

O movimento que exigia a permanência de D. Pedro motivou-o a desafiar a ordem dos tribunais, o que resultou no Dia da Ficção, a 9 de janeiro de 1822. Naquela ocasião, D. Pedro anunciou publicamente que permaneceria no Brasil. Apesar da forte insatisfação, o separatismo ainda não era uma opção consolidada na mente dos brasileiros [7].

A relação entre Portugal e Brasil continuou ruim e, em maio de 1822, foi decretado o cumprimento, lei que determinava que as medidas aprovadas em Portugal só valeriam no Brasil se D. Pedro as aprovasse. Por esta altura, a ideia de separatismo já estava difundida, tanto que em Junho foi convocada uma eleição para formar uma assembleia constituinte [7].

O caminho de ruptura continuou a todo vapor e a ideia de redigir uma constituição para o Brasil reforçou isso. A forma como D. Pedro conduziu esse processo foi muito influenciada por sua esposa, D. Maria Leopoldina e por seu orientador José Bonifácio [7].

2.2.4 Guerra da Independência do Brasil

A declaração de independência foi recebida positivamente por muitos, mas não por todos. As províncias do Pará, Bahia, Maranhão e Cisplatina permaneceram fiéis a Portugal, e isso deu início ao

que hoje conhecemos como a guerra de independência do Brasil, composta por conflitos travados separadamente em cada província e que durou até 1824 [8].

Todas as províncias foram conquistadas pelas tropas brasileiras e, D. Pedro, garantiu o controle sobre todo o território brasileiro. Após a derrota da resistência, Portugal concordou em negociar o reconhecimento da independência brasileira por meio da mediação, realizada pelos ingleses [8].

2.2.5 As consequências da independência do Brasil

O Brasil, depois de se tornar independente, tornou-se soberano e se organizou em uma monarquia. Na América do Sul, era o único país com monarquia, pois as outras nações estavam organizadas como repúblicas [9].

D. Pedro foi coroado imperador e nomeado D. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822. Com isso, o primeiro reinado foi inaugurado (1822-1831). Outra consequência da independência foi a dívida do país, já que Portugal cobrou dois milhões de libras do Brasil em compensação [9].

2.2.6 A constituição de 1824

A primeira constituição da história do Brasil foi feita em 25 de março de 1824, concedida pelo imperador D. Pedro I. Atendeu ao grande interesse do imperador, garantindo seus amplos poderes sobre o Brasil. Isso ocorreu após o estabelecimento de um quarto poder (além do Executivo, Legislativo e Judiciário) - o poder moderador [9].

Isso deu amplos poderes a d. Pedro, como dizem os historiadores (SCHWARCZ & STARLING, 2015):

> *Usado exclusivamente pelo imperador, o poder moderador estava acima dos demais poderes e se sobrepunha a ele, com seu titular tendo poder coercitivo e o poder de nomear e demitir livremente ministros de Estado, membros vitalícios do conselho de magistrados do Poder Judiciário, bem como nomear e demitir ministros do Poder Executivo. O imperador ainda não era responsável e não era legalmente responsável por suas ações.*

Além disso, a constituição de 1824 garantiu a monarquia como forma de governo e que a sucessão do poder seria hereditária, ou seja, de pai para filho. A ligação entre a Igreja Católica e o Estado foi estabelecida e a liberdade de culto religioso foi garantida. O direito de voto seria baseado em critérios censitários, ou seja, baseados em renda e política; A assembleia seria formada por uma Câmara dos Deputados e uma Câmara dos Senadores [9].

A forma como a constituição de 1824 foi imposta foi uma primeira demonstração do autoritarismo de D. Pedro I, como imperador. Este evento foi o primeiro de uma sequência que prejudicou sua relação com a elite política brasileira. A constituição de 1824 nasceu, portanto, do autoritarismo [9].

O documento constitucional foi elaborado logo após a declaração de independência do Brasil e foi responsável por organizar o funcionamento das instituições políticas e jurídicas do país após sua independência [9].

No total, o Brasil teve sete constituições e a constituição de 1988 é a que está em vigor. A constituição é um documento escrito que define o funcionamento do país. É esse documento que rege o território brasileiro e determina o funcionamento das instituições que o administram, bem como determina os direitos dos cidadãos brasileiros [9].

Esse documento foi válido durante todo o período monárquico e só foi substituído a partir de 1891, quando uma nova constituição foi elaborada devido à mudança para o regime republicano (proclamado no Brasil) após um golpe. O contexto em que a primeira Constituição brasileira foi redigida foi bastante turbulento [9].

Para prepará-lo, era necessário ter uma assembleia constituinte baseada em eleições. Mesmo antes da independência, trabalhando pela constitucionalização do Brasil, José Bonifácio, conselheiro de D. Pedro I, havia convocado uma assembleia em 3 de junho de 1822 [9].

Esta assembleia foi formada por 90 deputados das diferentes províncias do Brasil. No entanto, os parlamentares se reuniram, pela primeira vez, como constituintes, apenas em 3 de maio de 1823. Uma vez formada a constituinte brasileira, a elaboração da constituição do Brasil recém-independente teve que conciliar os interesses dos diferentes grupos políticos que a compunham [9].

Os grupos que compunham a constituinte eram: os conservadores (conhecidos como partido português), considerados absolutistas; e os liberais (conhecidos como o partido brasileiro). Estes últimos foram divididos em liberais exaltados e liberais moderados e tinham propostas consideravelmente diferentes [9].

A redação da constituição foi tumultuada precisamente por causa das diferenças entre os diferentes grupos, cada um defendendo seus interesses. Além disso, houve também uma grande tensão na relação entre parlamentares e o imperador quando a primeira Constituição ficou pronta, em 1823, e foi levada para debate e aprovação [9].

Essa erosão surgiu a partir de um dos pontos específicos da nova Constituição (conhecida como constituição da mandioca) em relação ao poder do imperador. Os parlamentares determinaram propositalmente no texto a submissão do poder executivo ao legislativo. Além disso, foi estipulado que os estrangeiros seriam proibidos de ocupar cargos políticos [9].

Na prática, isso sujeitava o poder do imperador às determinações e desejos dos membros do Legislativo. A constituição da mandioca determinava que o imperador não teria o poder de dissolver a assembleia constituinte quando considerasse necessário e que não teria direito ao veto absoluto sobre as leis aprovadas pelos parlamentares [9].

Esses itens não agradaram a D. Pedro I, que defendia a ideia de que ele deveria ter poderes amplos e irrestritos. Por causa disso, a tensão entre conservadores (defensores da proposta de ceder amplos poderes ao imperador) e liberais (defensores da proposta de limitar os poderes do imperador) cresceu. O imperador aproximou-se naturalmente do partido português [9].

A resposta do imperador a essa divisão e às propostas de que não gostou foi autoritária. Em 12 de novembro de 1823, ele ordenou que a assembleia constituinte fosse cercada, seguida de sua dissolução. Este evento foi chamado de noite de agonia [9].

Alguns dos constituintes foram presos, e entre eles estava uma personalidade que desempenhou um papel importante na nossa independência: José Bonifácio de Andrada e Silva. D. Pedro I formou um conselho com 10 pessoas de sua confiança (todos juristas) e juntos escreveram o novo texto constitucional [9].

Ao longo de sua história, o Brasil teve sete constituições, das quais a constituição de 1988 é a que está atualmente em vigor [9].

- Constituição de 1824: foi a primeira constituição do Brasil, responsável por estabelecer o funcionamento do sistema monárquico no país. O imperador era irresponsável e seu poder, representado pelo poder moderador, estava acima de todos os outros três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) [9].

- Constituição de 1891: promulgada com a mudança na forma de governo. Ele estabeleceu a república, introduzindo o presidencialismo, um sistema que garantia quatro anos de mandato para o presidente; e federalismo, sistema que permitiu aos estados brasileiros ter grande autonomia em relação ao Governo Federal [9].

- Constituição de 1934: promulgada em decorrência da pressão que Getúlio Vargas sofreu, no início da década de 1930, para constitucionalizar seu regime, após assumir a presidência em 1930. Foi marcado como um documento muito democrático e foi inspirado na constituição de Weimar [9].

- Constituição de 1937: concedida por Getúlio Vargas, como consequência da implantação do Estado Novo, a ditadura Vargas. Inspirado na constituição polaca de 1935, foi um documento autoritário que concedeu amplos poderes ao ditador [9].

- Constituição de 1946: promulgada após a derrubada do Estado Novo. Com a democratização do Brasil, formou-se uma assembleia constituinte que elaborou esse documento liberal que estruturou a primeira experiência democrática brasileira. Garantiu algumas liberdades individuais e manteve as conquistas recentes dos trabalhadores. Formou um sistema político representativo, com limitações, que existiu até 1964 [9].

- Constituição de 1967: concedida durante o período da ditadura militar, foi o documento que estruturou legalmente o governo autoritário implementado pelos militares. Incorporou os decretos dos

atos institucionais e garantiu a centralização do Poder Executivo, dando um ar de legalidade aos abusos cometidos pelos militares [9].

- Constituição de 1988: atual constituição brasileira, promulgada no contexto da redemocratização do Brasil, após o fim da ditadura militar. É o documento mais democrático da história do Brasil e foi elaborado após amplo debate político realizado por políticos e grupos representativos da sociedade brasileira. Seu caráter abertamente democrático a tornou conhecida como uma constituição cidadã [9].

2.2.6.1 Importância da constituição

A constituição é um mecanismo fundamental na consolidação de um regime democrático, pois é ela que determina o funcionamento da nação brasileira e os deveres das instituições que governam o Brasil. Este documento também determina os direitos de cada cidadão brasileiro [9].

A atual constituição do Brasil foi o resultado de um longo debate entre constituintes e grupos representativos da sociedade. Trata-se de um documento que incorporou direitos importantes para minorias historicamente desprotegidas no Brasil, como indígenas e quilombolas. É dever de todo cidadão lutar por uma constituição que garanta o sistema democrático e a manutenção dos direitos e liberdades individuais [9].

O Dia da Constituição, comemorado em 25 de março de 1824, além de ser uma forma de conhecer mais sobre a história do Brasil, é também um momento de reflexão sobre os avanços que o país tem feito nas questões relacionadas à cidadania [9].

2.2.7 Proclamação da República

Em 15 de novembro de 1889, o dia da proclamação da república foi estabelecido no Brasil. Esse evento ocorreu devido ao desgaste e perda de popularidade da monarquia brasileira, no final do século 19. Como resultado, um movimento de militares aliados a alguns civis conspirou para derrubar a monarquia e proclamar a república [9].

Em 15 de novembro de 1889, Deodoro da Fonseca liderou uma tropa de soldados que cercaram o gabinete ministerial e destituíram o Visconde de Ouro Preto do cargo (o visconde foi preso). A monarquia, no entanto, ainda não havia caído, pois Deodoro não derrubou o regime, mas o gabinete. Ao longo do dia 15, houve uma série de articulações políticas que culminaram com o vereador José do Patrocínio, oficializando a república no final do dia [9].

O imperador D. Pedro II tentou organizar um novo gabinete e seu genro, o conde D'Eu, tentou mobilizar a resistência para impedir a derrubada da monarquia, mas os esforços foram em vão. Um governo provisório foi formado e uma das primeiras ordens foi a expulsão da família real. O imperador

e sua família fugiram do Brasil em 17 de novembro de 1889. O marechal Deodoro da Fonseca foi escolhido para ser presidente provisório do Brasil [9].

2.2.7.1 Causas da proclamação da república

A proclamação da república foi resultado de um longo processo de erosão (a partir da década de 1870) da monarquia com diferentes grupos da sociedade brasileira. Os militares foram um desses grupos e desempenharam um papel de liderança no golpe que derrubou essa forma de governo [9].

Na década de 1870, o Brasil acabara de sair vitorioso na guerra do Paraguai. O exército brasileiro passou a exigir mais direitos e benefícios por todos os esforços feitos durante o conflito. Duas das maiores demandas dos militares eram um aumento salarial e uma melhoria no sistema de promoção de carreira [9].

Os militares se viam como continuamente "humilhados" pela monarquia brasileira. Além disso, eles não aceitaram o fato de que não podiam expressar suas opiniões políticas [9].

A insatisfação com a monarquia dentro das forças armadas deu força à disseminação de ideias como o positivismo, que no Brasil levou os militares a defender a instalação de uma república autoritária como caminho para a modernização do país. O constante atrito entre os militares e a monarquia, especialmente na década de 1880, foi fundamental para que eles avançassem para o estabelecimento da república [9].

A monarquia brasileira também perdeu o apoio de outros grupos, como a Igreja Católica e os cafeicultores paulistas. O caso dos cafeicultores é simbólico porque este era um grupo política e economicamente influente. Em resposta à abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, os cafeicultores começaram a apoiar o republicanismo [9].

O republicanismo, por sua vez, vinha crescendo no Brasil desde 1870. Nesse período, surgiram os primeiros partidos republicanos da história do Brasil e até mesmo um manifesto republicano foi publicado para defender o estabelecimento da república no Brasil. Entre os republicanos influentes no Brasil na época estavam: Aristides Lobo, Quintino Bocaiuva, Campos Sales, Benjamin Constant, etc [9].

Com a monarquia perdendo apoio dos militares, dos cafeicultores, da igreja e observando o aumento e evidente fortalecimento dos republicanistas, esperava-se que o regime monárquico realizasse algumas reformas no país e, uma das mais esperadas era a transformação do país em uma nação federalista [9].

O federalismo era um desejo antigo das elites políticas brasileiras, uma vez que esse modelo impunha a descentralização política e favorecia a consolidação dos interesses regionais dessas elites. Quando o Visconde de Ouro Preto assumiu o cargo ministerial, em meados de 1889, esperava-se que

ele realizasse essa reforma, mas isso não aconteceu. Outras insatisfações na época eram com a economia ruim, a sucessão do trono brasileiro, etc [9].

Os acontecimentos ocorridos em 15 de novembro de 1889 fizeram parte de um golpe contra a monarquia, já que a transição do regime não foi democrática e não contou com a participação popular, tendo sido um movimento de elite. Todas as insatisfações acima mencionadas resultaram em um movimento que conspirou para derrubar a monarquia no Brasil [9].

A proclamação da república foi feita mais com base na improvisação do que no planejamento. Poucos dias antes do golpe, os republicanos se reuniram com o marechal Deodoro da Fonseca, um dos nomes mais influentes do exército, para convencê-lo a participar de uma ação contra o visconde de Ouro Preto [9].

2.2.8 A revolução liberal do Porto

A situação de Portugal naquela época era muito ruim, pois o país enfrentava uma crise política e econômica como resultado da invasão francesa. A situação dos portugueses foi agravada devido à ausência de D. João VI, que se encontrava no Rio de Janeiro, mais afastado dos problemas da metrópole [9].

A burguesia portuguesa organizou-se nas cortes, que era uma instituição política baseada em princípios liberais. Daí nasceu a revolução liberal no Porto, que defendia reformas em Portugal. A grande exigência dos liberais portugueses era que Portugal, mas não o Brasil, fosse a sede do reino português [9].

Neste contexto, os liberais portugueses começaram a exigir o regresso do rei a Portugal, e D. João VI não tinha intenção de o fazer. Os portugueses também exigiram que o monopólio comercial fosse restabelecido no Brasil, e essas demandas demonstraram à elite brasileira o desejo português de restaurar os laços coloniais com a colônia [9].

O rei português foi ameaçado de ser deposto do trono se não retornasse, e assim acabou retornando a Portugal em 26 de abril de 1821. Seu filho, Pedro de Alcântara, foi deixado no Rio de Janeiro como príncipe regente do Brasil [9].

2.2.9 Revolução Pernambucana de 1817

A revolução pernambucana foi uma revolta republicana que questionou os gastos da família real portuguesa no Brasil, enquanto a região sofria com a crise do açúcar.[3]

A revolução pernambucana, ocorrida em 1817, foi o último movimento separatista do período colonial. Está relacionada à crise socioeconômica que o Nordeste atravessava há quase um século devido à desvalorização do comércio brasileiro de açúcar e algodão no mercado externo. Além disso,

[3] https://brasilescola.uol.com.br/historiab/revolucao-pernambucana.htm. Acesso em: 26 de Out. de 2023.

a presença da família real portuguesa no Brasil aumentou o custo de vida devido à cobrança de impostos, o que causou indignação entre os pernambucanos. Os ideais republicanos também ajudaram a fazer a revolta acontecer. O governo local foi tomado pelos rebeldes, mas as tropas leais ao governo central conseguiram derrotá-los [6].

2.2.9.1 Causas da revolução pernambucana

O Nordeste brasileiro, desde o século 18, com a expulsão dos holandeses, passou por uma grave e longa crise econômica, devido à desvalorização do açúcar produzido na região no mercado europeu. Os holandeses aprenderam enquanto estavam presentes no Brasil sobre o plantio e a colheita da cana-de-açúcar e levaram esse conhecimento para as Antilhas, tornando-se fortes concorrentes do açúcar brasileiro [6].

Por causa disso, a produção de açúcar no Nordeste entrou em crise. Isso desencadeou problemas econômicos e sociais por causa da pobreza e miséria que assolavam a região. A produção de algodão foi bem-sucedida na economia pernambucana, mas logo entrou em crise, devido à arrecadação de impostos pela coroa portuguesa, que estava presente no Brasil [6].

As ideias republicanas chegaram à região, e as nações recém-formadas na América, que deixaram de ser colônias e se tornaram repúblicas, serviram de exemplo para o povo pernambucano. Se a república fosse implementada, as províncias teriam mais autonomia e mais liberdade para se governarem, não dependendo tanto do governo central. As despesas gastas com o sustento de Dom João VI e de toda a sua corte no Brasil demonstraram o peso econômico do governo central sobre as outras províncias. Para pagar as despesas da coroa portuguesa e seus luxos excessivos, eram cobrados impostos. Como Pernambuco já estava em crise socioeconômica, mais impostos significavam rebelião contra o governo [6].

Os aspectos econômicos, sociais e políticos não estavam indo bem em Pernambuco. D. João VI reforçou a presença portuguesa em postos de comando de governos locais e tropas militares. Isso desagradou a elite local, que se sentiu desacreditada. Ao longo de todo o processo de independência do Brasil, e nos primeiros anos do primeiro reinado, brasileiros e portugueses disputaram cargos de comando nos governos e domínio do comércio nas cidades. Com o rei português no Brasil, a presença portuguesa se intensificou, desagradando os brasileiros, que já começavam a organizar movimentos armados para depor os líderes portugueses de seus postos [6].

Os líderes da revolução pernambucana foram: Domingos José Martins; José de Barros Lima; Cruz Cabuga; Padre João Ribeiro. Logo após a derrota da revolução, eles foram condenados e cruelmente mortos em praça pública. O capitão José de Barros Lima foi enforcado e teve partes do seu corpo cortadas e expostas para demonstrar a força da coroa portuguesa e servir de exemplo para quem ousasse desafiá-la [6].

A revolução pernambucana começou em 6 de março de 1817, quando o soldado português Manoel Joaquim Barbosa foi assassinado pelo capitão José de Barros Lima, que reagiu ao mandado de prisão por suposto envolvimento em uma conspiração contra o governo. Este foi o estopim para a rebelião que rapidamente dominou o Recife [6].

Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que era o governador da capitania, transferiu o Governo para o Forte Brum. Sem forças para reagir à revolta, fugiu em direção ao Rio de Janeiro. Os rebeldes assumiram a capitania e instalaram um governo provisório, que imediatamente tentou adotar medidas que beneficiassem a elite local [6].

O movimento contou com a participação de diversos grupos sociais, como a elite local, militares, comerciantes e padres. Os rebeldes defenderam: o fim dos impostos cobrados por Dom João VI; liberdade de imprensa e culto; o aumento do salário dos soldados e o fim da manutenção do trabalho escravo [6].

A manutenção do trabalho escravo, que foi o motivo das reivindicações dos participantes da revolução pernambucana, mostra que a camada mais pobre não participou de suas atividades. A contradição entre discurso e prática pode ser vista. Ao mesmo tempo em que se pregava a instalação de um novo governo em Pernambuco, que promovesse a igualdade e a liberdade, a escravidão seria mantida, ou seja, os escravos negros não seriam iguais aos novos governantes nem ganhariam a liberdade. Isso foi observado em vários movimentos revolucionários na história do Brasil [6].

Os rebeldes tomaram o poder em Pernambuco e formaram um governo provisório. O exemplo pernambucano ganhou o apoio de outras capitanias, como Rio Grande do Norte e Paraíba. No entanto, não demorou muito para que o novo governo perdesse força. Como os grupos que compunham a revolução tinham interesses diferentes, a divisão entre eles ocorreu. D. João VI enviou as suas tropas para a região e entrou em confronto com o governo provisório. Em 20 de maio de 1817, os rebeldes se renderam ao general Luís do Rego Barreto. Por ordem do rei, eles receberam punições exemplares, como enforcamento e fuzilamento em praça pública [6].

2.2.9.2 Ótimo encontro

Em Pernambuco, o dia 6 de março é feriado, pois comemora o dia em que começou a revolução contra o domínio português em 1817 e a instalação de um governo republicano na região. Apesar de sua curta duração, de apenas 75 dias, o movimento deixou raízes na história de Pernambuco e confirmou a capitania como local de revolta contra o domínio do governo central [6].

2.2.9.3 Importância da revolução pernambucana

A revolução pernambucana desafiou o poder da coroa portuguesa ao questionar a arrecadação abusiva de impostos e destacou a insatisfação dos brasileiros com a presença portuguesa em pontos

importantes do comando político, econômico e militar do Brasil. Ao tomar o poder no Recife, os rebeldes demonstraram a possibilidade de formar um governo próximo às demandas das revoltas. A revolução pernambucana manteve a tradição da capitania de ser um ponto de ebulição político e social [6].

2.2.9.4 Consequências da revolução pernambucana

A revolta em Pernambuco mostrou que os poderes locais eram instáveis em relação às ordens emitidas do Rio de Janeiro. Além disso, reforçou para a coroa portuguesa no Brasil e no Primeiro Reino, logo após a independência, a necessidade de criar tropas militares para manter a unidade nacional, dissipar as ideias republicanas e punir severamente os rebeldes [6].

2.3 BIOGRAFIA DE D. PEDRO II (SEGUNDO REINADO)

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, reconhecido como Imperador D. Pedro II, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1825. Ele foi o único monarca a reinar sobre o Brasil que nasceu em solo brasileiro [10].

O nascimento de Pedro de Alcântara foi motivo de comemoração na corte, principalmente porque garantiu a sucessão da família Bragança no trono do Brasil. Ele reinou de 1840 a 1889. Ele morreu no exílio em Paris em 5 de dezembro de 1891 [10].

2.4 PRINCIPAIS EVENTOS DO SEGUNDO REINADO

D. Pedro II foi imperador do Brasil por 49 anos, de 1840 a 1889. Filho de D. Pedro I e D. Maria Leopoldina, foi coroado imperador através de um golpe parlamentar conhecido como Golpe da Maioria. Foi deposto pela proclamação da república e morreu no exílio em Paris em 5 de dezembro de 1891 [10].

Na década de 1840, o imperador lidou com violentas disputas políticas entre liberais e conservadores, questões relacionadas à proibição do comércio de escravos e o aumento das tensões com os ingleses, etc. [10].

Do ponto de vista econômico, o reinado de D. Pedro II foi marcado pela transformação do café no principal produto de exportação do Brasil. Como o trabalho escravo estava sendo combatido e essa força de trabalho estava diminuindo, o governo incentivou a chegada de imigrantes europeus ao país [10].

O divisor de águas no segundo reinado foi a guerra no Paraguai. Antes desse conflito, ele e a monarquia gozavam de grande prestígio e popularidade, mas depois disso, D. Pedro II tornou-se um

imperador impopular, sendo severamente criticado. Como resultado, a monarquia começou a perder apoio na sociedade [10].

A impopularidade da monarquia permitiu que o republicanismo avançasse entre os militares, grupos de elite e nas grandes cidades. Isso fez dos ideais republicanos uma verdadeira sombra para a família real no Brasil. A situação da monarquia era muito delicada na década de 1880, e a abolição da escravatura foi uma das questões de grande repercussão [10].

D. Pedro II, apesar de ter opiniões contrárias à escravidão, nunca tomou medidas significativas para combatê-la e buscou encobrir a realidade da escravidão no país, para preservar a imagem internacional de seu reinado [10].

O enfraquecimento da monarquia levou a uma conspiração que envolveu o envolvimento de civis e militares. Essa conspiração foi posta em prática em 15 de novembro de 1889 e resultou em um golpe, que foi consumado com a proclamação da república por José do Patrocínio. No dia seguinte, D. Pedro II e a família real receberam a notícia de que haviam sido expulsos do Brasil [10].

Em 17 de novembro de 1889, D. Pedro II e sua família embarcaram para a Europa [10].

2.5 INDUSTRIALIZAÇÃO NO SEGUNDO REINADO

Durante o governo imperial, o Brasil ainda tinha grande parte de sua economia sustentada pela exportação de produtos agrícolas. Chegando ao Segundo Reinado, vemos que essa mesma situação continuou à medida que as lavouras de café se desenvolviam com a grande demanda do mercado externo. Assim, mantivemos nosso caráter econômico sem grandes mudanças e continuamos consumindo produtos industrializados vindos principalmente da Inglaterra.[4]

Essa situação mudou em 1844, quando a implementação da Tarifa Alves Branco alterou a política aduaneira nacional. Interessado em ampliar os cofres públicos, o governo imperial dobrou o imposto cobrado sobre diversos produtos vindos do exterior.

Com o passar do tempo, a Tarifa Alves Branco permitiu que a incipiente indústria brasileira fabricasse produtos com preços mais competitivos do que os importados [4].

Além desse fator, devemos entender também que esse boom industrial experimentado em meados do século 19 também foi estimulado pela proibição do tráfico de escravos. Em primeiro plano, essa outra ação incentivou a entrada de imigrantes estrangeiros que pudessem atender à demanda de trabalhadores assalariados que apareciam nas grandes cidades. Ao mesmo tempo, ex-traficantes de drogas começaram a reinvestir seu capital em outras atividades, como a indústria [4].

Apesar do crescimento, devemos enfatizar que o governo imperial não tinha políticas essencialmente voltadas para o dinamismo da economia. Não é por acaso que, em 1860, a redução dos direitos aduaneiros abrandou o tímido crescimento industrial experimentado na época [4].

[4] https://www.preparaenem.com/historia-do-brasil/industrializacao-segundo-reinado.htm. Acesso em: Out. de 2023

Portanto, temos a confirmação de que as elites políticas da época estavam longe de defender a transformação das antigas bases de sustentação econômica. Nos últimos anos do governo de Dom Pedro II, vemos que a indústria brasileira começou a dar alguns sinais de novo crescimento. Assim como da primeira vez, a riqueza do café exportado gerou capital que foi investido na construção de novas fábricas. Ressaltamos que a produção industrial brasileira naquela época se destacou essencialmente pela abertura de fábricas que se dedicavam à produção de alimentos, tecidos e alguns produtos químicos [4].

2.5.1 Abolição da escravatura no Brasil

A abolição da escravatura no Brasil ocorreu em 13 de maio de 1888, por meio da Lei Áurea e ratificou a extinção do trabalho escravo negro no Brasil, sendo resultado da resistência escrava e da mobilização popular [11].

A abolição da escravatura foi resultado de um processo de luta popular, que contou com o apoio de parcelas consideráveis da sociedade brasileira, além de ser marcado pela resistência dos escravos [11].

A abolição do trabalho escravo no Brasil foi o resultado final de um longo, lento e difícil processo de muitas lutas. O fim do uso da mão de obra escrava no país não foi fruto do humanismo ou da benevolência da família real brasileira, como muitos acreditam, mas aconteceu porque um grande número de pessoas da sociedade brasileira se mobilizou para forçar o império a acabar com o trabalho escravo [11].

A abolição da escravatura no Brasil aconteceu por meio de [11]:

- Resistência realizada pelos próprios escravos ao longo do século 19;
- Adesão de parte da sociedade brasileira à causa por meio de associações abolicionistas;
- Mobilização política dos defensores do abolicionismo.

Além disso, havia a questão de novos padrões civilizacionais que estavam surgindo e que condenavam a prática do trabalho escravo. Isso colocou o Brasil em uma posição vexatória internacionalmente, já que no continente americano o país foi o último a abolir a escravidão. Essa questão, no entanto, é apenas secundária e o processo de abolição só foi possível devido à luta dos escravos [11].

2.5.2 Contexto histórico da abolição da escravatura

A abolição do trabalho escravo é uma questão que atravessou a história do Brasil e do mundo ao longo do século 19. Uma questão que estava diretamente ligada à abolição da escravatura era a

proibição do tráfico de escravos. No caso do Brasil, essa era uma questão de destaque mesmo antes da independência [11].

Já no período joanino, houve negociações entre Portugal e o Reino Unido para que o tráfico de escravos pudesse ser definitivamente abolido. Essas negociações se estenderam após a independência do Brasil e o reconhecimento do Brasil como nação só aconteceu por meio de um compromisso assumido pelo Brasil de que o tráfico ultramarino seria proibido em 1830 [11].

Com base nesse compromisso, foi aprovada uma lei em 1831, que proibia o tráfico, mas as autoridades brasileiras fecharam os olhos e, apesar da proibição, os cativos africanos continuaram chegando ao Brasil em grande número. O historiador Carlos Eduardo Moreira Araújo aponta que, entre 1831 e 1845, cerca de 470 mil africanos chegaram ao Brasil por meio do tráfico ultramarino [11].

A negligência das autoridades brasileiras, em não reprimir o tráfico de escravos, fez com que a Inglaterra tomasse uma medida radical, chamada Bill Aberdeen, que colocou em jogo a soberania das águas brasileiras, e que quase levou Inglaterra e Brasil à guerra. Para evitar um desastre maior, os políticos brasileiros optaram por aprovar uma nova lei que proíbe novamente o tráfico de escravos no Brasil. Tratava-se da Lei Eusébio de Queirós, implementada no Brasil em 1850 [11].

Essa lei teve aplicabilidade imediata e foi acompanhada por uma grande repressão governamental, o que fez com que o tráfico de escravos enfraquecesse e rapidamente deixasse de existir. Com a proibição do tráfico ultramarino, intensificou-se no Brasil o tráfico interprovincial, ou seja, a venda de escravos realizada internamente, entre províncias [11].

O caminho para a abolição da escravatura ainda era muito longo, e foram necessários 38 anos para que a escravidão do negro fosse abolida no Brasil. Nesse período, a resistência dos grandes proprietários de escravos foi intensa no meio político, o que fez com que o processo de abolição da escravatura no Brasil acontecesse de forma muito gradual [11].

O movimento abolicionista, por sua vez, só ganhou força a partir da década de 1870 e, com o fortalecimento do abolicionismo, levou à aprovação de algumas leis no parlamento brasileiro, como [11]:

- Lei do Ventre Livre (1871): determinou que todo filho de escravo nascido após 1871 seria considerado livre, cabendo ao proprietário de escravos dar sua liberdade aos oito anos de idade (recebendo indenização) ou aos vinte e um anos de idade (sem receber indenização).

- Lei Sexagenária (1885): concedeu alforria a escravos com mais de 60 anos. Os escravos libertos eram obrigados por lei a prestar serviços compensatórios por três anos.

Ambas as leis atenderam a demandas importantes para os proprietários de escravos: a demanda por indenização aos cativos (seja por meio de trabalho compulsório ou por meio de um valor específico) que garantisse sua liberdade e o enfraquecimento temporário dos movimentos

abolicionistas. A Lei Sexagenária, por exemplo, foi vista pelos abolicionistas da época como uma verdadeira derrota para a causa.

A década de 1880 foi uma época de grande turbulência política e a abolição do trabalho escravo foi a questão que abalou a sociedade brasileira. O movimento abolicionista ganhou grande força e a causa foi abraçada por inúmeros grupos da sociedade brasileira. As associações abolicionistas se espalharam pelo país e atuaram em diferentes frentes: legais e ilegais (à luz da legislação da época) [11].

Um grupo notável de pessoas como Luís Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, Aristides Lobo, Manuel Quirino, entre outros, trabalhou firmemente na defesa da causa abolicionista. A mobilização de parte da sociedade em defesa da abolição ocorreu de diferentes formas, e os escravos muitas vezes foram incentivados a se rebelar, foram abrigados pelas pessoas quando fugiam e defendidos na Justiça por advogados [11].

Houve casos de delegacias e portos que foram atacados por pessoas comuns, pois aprisionavam escravos fugitivos para devolvê-los aos seus donos. Essas pessoas que atacaram esses lugares resgataram os escravos e os libertaram. Além disso, a propaganda pelo abolicionismo ocupou espaços importantes, e os intelectuais, desfrutando de sua posição, fizeram anúncios em jornais defendendo a causa [11].

3 HISTÓRIA INTERNACIONAL DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Nas relações internacionais, o Brasil se posicionou como uma nação expansionista, já que D. João VI iniciou conflitos pelo controle da Guiana Francesa e da Cisplatina (atual Uruguai). Houve inúmeras mudanças no país, mas os ventos do separatismo só começaram a soprar a partir de 1820 [12].

A mudança de status do Brasil, durante o período joanino, é claramente identificada por meio de uma ação realizada em 16 de dezembro de 1815. Nessa data, o país foi elevado ao status de reino e passou a não ser mais uma colônia portuguesa, mas parte do reino de Portugal. Como resultado, este último passou a ser chamado de reino de Portugal, Brasil e Algarves [12].

O governo inglês foi um mediador entre Brasil e Portugal. Em 1825, Portugal assinou o acordo reconhecendo a independência, através de compensação e concedendo a D. João VI o título de imperador honorário do Brasil [12].

4 IMPACTO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL EM OUTRAS SOCIEDADES AO REDOR DO MUNDO

O processo de independência do Brasil ocorreu paralelamente aos movimentos de independência ocorridos nas colônias espanholas no continente americano. O avanço dos ideais

liberais e a defesa da liberdade e dos direitos humanos reforçaram os movimentos que defendiam a abolição do trabalho escravo no século 19 [12].

No continente americano, o primeiro país a proibir o comércio de escravos no exterior foram os Estados Unidos, em 1808. A Inglaterra aboliu a escravidão em suas colônias na América em 1833 [12].

5 ESTUDO E VALORIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO SOBRE O BRASIL INDEPENDENTE

A Independência do Brasil é narrada por arquivos e estes servem como auxílio na preservação do conhecimento histórico passado e atualmente avançam na digitalização de seu acervo, possibilitando a consulta em qualquer lugar do mundo [12].

6 VISÕES ALTERNATIVAS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A primeira é que D. Pedro I é visto como um herói; a segunda é que houve um arranjo familiar entre D. João VI e D. Pedro I, que chegou a um acordo e o Brasil aceitou e a terceira argumenta que foi uma conspiração das elites para alcançar a independência e manter a escravidão [13].

REFERÊNCIAS

BULCÃO, C. Leopoldina, a austríaca que amou o Brasil. In: FIGUEIREDO, L. (Ed.). História do Brasil para ocupados. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 237-238.

BRASIL ESCOLA. A organização da independência brasileira. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/a-organizacao-independencia-brasileira.htm. Acesso em: 22 ago. 2023.

TODA MATÉRIA. Dom Pedro I. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/dom-pedro-i/. Acesso em: 11 ago. 2023.

MUNDO EDUCAÇÃO. Dom Pedro II. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/dom-pedro-ii.htm. Acesso em: 11 ago. 2023.

MUNDO EDUCAÇÃO. Princesa Isabel. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/princesa-isabel.htm. Acesso em: 11 ago. 2023.

EBIografia. Pessoas importantes do Brasil. Disponível em: https://www.ebiografia.com/pessoas_importantes_brasil/. Acesso em: 11 ago. 2023.

MUNDO EDUCAÇÃO. Dom Pedro I. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/dom-pedro-i.htm. Acesso em: 19 jun. 2023.

MUNDO EDUCAÇÃO. Independência do Brasil - 1822. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/independencia-brasil-1822.htm. Acesso em: 19 jun. 2023.

MUNDO EDUCAÇÃO. Dia da Constituição. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-constituicao.htm. Acesso em: 19 jun. 2023.

MUNDO EDUCAÇÃO. Proclamação da República. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/datas-comemorativas/proclamacao-republica-2.htm. Acesso em: 19 jun. 2023.

MUNDO EDUCAÇÃO. Dom Pedro II. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/dom-pedro-ii.htm. Acesso em: 19 jun. 2023.

MUNDO EDUCAÇÃO. Abolição da escravatura. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/abolicao-escravatura.htm. Acesso em: jun. 2023.

MULTIRIO. O reconhecimento da independência do Brasil no exterior. Disponível em: https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/8889-o-reconhecimento-da-independ%C3%AAncia-do-brasil-no-exterior. Acesso em: set. 2023.

BRASIL ESCOLA. A organização da independência brasileira. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/a-organizacao-independencia-brasileira.htm. Acesso em: 22 ago. 2023.

MOTA, C. G. Ideias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, C. G. (Ed.). Viagem incompleta: a experiência brasileira. São Paulo: Editora Senac, 1999. p. 202.

PRANTNER, J. Imperatriz Leopoldina do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997.

PRIORE, M. del. Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil e Gastão de Orléans, conde d'Eu. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 235.